



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MONALISA BRITO DE SOUZA

**CERTIFICAÇÃO QUILOMBOLA:
O MONTE RECÔNCAVO E SUA LUTA PELO RECONHECIMENTO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

MONALISA BRITO DE SOUZA

**CERTIFICAÇÃO QUILOMBOLA:
O MONTE RECÔNCAVO E SUA LUTA PELO RECONHECIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras do Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito parcial para obtenção do grau acadêmico de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Maroto Guerola.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

MONALISA BRITO DE SOUZA

**CERTIFICAÇÃO QUILOMBOLA:
O MONTE RECÔNCAVO E SUA LUTA PELO RECONHECIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras do Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito parcial para obtenção do grau acadêmico de Bacharelado em Humanidades.

Data de aprovação: 05/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Maroto Guerola (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Maria Andreia dos Santos Soares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Gomes de Souza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	QUEM SOU EU?	5
1.2	JUSTIFICATIVA	7
1.3	COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO MONTE RECÔNCAVO	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3	OBJETIVOS	17
3.1	GERAL	17
3.2	ESPECÍFICOS	17
4	METODOLOGIA	17
4.1	BREVE BIOGRAFIA	18
4.2	ENTREVISTA COM RUBENS CELESTINO	18
5	CRONOGRAMA	24
	REFERÊNCIAS	25
	ANEXO	28

1 INTRODUÇÃO

1.1 QUEM SOU EU?

Chamo-me Monalisa Brito de Souza. Sou moradora do Monte Recôncavo, distrito da cidade de São Francisco do Conde, e faço parte dessa comunidade remanescente de quilombo desde o meu nascimento.

Por falar em nascimento, é importante falar um pouco sobre a minha infância, que não foi fácil. Apesar de ser uma criança, eu sabia o quanto as coisas eram difíceis, ainda mais nascendo numa família humilde e filha de mãe solteira, acompanhando a luta da mesma para sustentar a casa. Caçula de quatro filhos, sendo três meninas e um menino, todos ajudavam a cuidar de mim. Mesmo em meio às dificuldades, fui uma criança muito feliz e aproveitei bastante essa fase única.

Não poderia falar aqui da minha infância sem falar da fase escolar. Sendo assim, posso dizer que minha experiência escolar foi uma época que lembro com muita saudade, pois foi marcada por professoras maravilhosas. Iniciei minha trajetória educacional na pré-escola, aos cinco anos de idade, na escola Cardeal da Silva. É importante salientar que eu já sabia ler e escrever, pois minhas irmãs me ensinavam em casa; por isso, não houve a necessidade de passar pela alfabetização e segui diretamente para o 1º ano do ensino fundamental na Escola Duque de Caxias.

Posteriormente, no 6º ano, estudei no Centro Educacional Claudionor Batista, de onde até hoje mantenho amizades daquela época. Durante os quatro anos em que estive estudando lá, nunca fui reprovada nem precisei fazer recuperação. Eu sempre fui uma ótima aluna e muito inteligente, minhas notas eram excelentes e recebia muitos elogios dos professores.

Já encerrando minha vida de estudante, ou seja, no ensino médio, tive esse período como um marco muito importante, pois foi a partir daí que surgiu o interesse em ingressar numa faculdade. Eu sempre quis continuar estudando, mas, por questões financeiras, sempre ia adiando.

Ainda nessa época de ensino médio, durante minha adolescência, fiz parte da Pastoral da Criança, cujo objetivo era acompanhar e combater a desnutrição infantil. A minha função era realizar a anamnese das crianças, acompanhando o crescimento e o peso de cada uma, sendo que aquelas que apresentavam baixo peso recebiam o suplemento nutricional chamado “multimistura”.

Logo depois, comecei a participar do grupo JBS (Jovens em Busca da Salvação). Como eu era uma cidadã católica, fazer parte de alguma atividade da igreja ajudava a ampliar meus conhecimentos religiosos.

Posteriormente, já saindo da minha adolescência, participei de um grupo cultural de dança afro onde aprendi um pouco sobre a cultura africana, as danças e as vestes com a coreógrafa e ex-dançarina Jucileide Nascimento, que também é moradora local. Infelizmente, o grupo não seguiu adiante, devido à falta de apoio e investimentos.

Finalmente, já adulta, mais ou menos com meus vinte e cinco anos, resolvi voltar a estudar. Consegui fazer um curso técnico em nutrição e dietética, por ser mais barato e mais rápido. Concluí o curso, mas, com o tempo, vi que no município não havia muita oportunidade para esse tipo de profissional. Diante dessa experiência que tive, como não pude ingressar numa faculdade particular e nem consegui uma oportunidade de emprego com um curso técnico, passei a ver a grande importância da universidade pública, principalmente para alguém com o meu perfil, mulher negra que foi criada com mais três irmãos por uma mãe que trabalhou muito para nos dar o essencial.

Constantemente meus irmãos me apoiavam nos estudos, principalmente minha irmã mais velha, que sempre me incentivou a estudar mesmo que fosse em casa, a continuar com as leituras e a sempre estar buscando ainda mais conhecimento. E eu, como curiosa que era, seguia os seus conselhos.

Atualmente, estou prestes a conquistar meu diploma de ensino superior. Eu sempre digo que o fato de morar numa comunidade remanescente de quilombo me ajudou, e muito, nessa conquista, pois foi através do edital específico para estudantes quilombolas e indígenas que consegui ingressar na faculdade. E foi graças à implementação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira aqui na minha cidade que eu consegui estudar numa universidade pública de nível federal e voltada para a cultura africana e afro-brasileira.

Hoje me considero uma vencedora, pois vi que nunca é tarde para conquistar nossos sonhos. Desde cedo, nos ensinam que não podemos ir longe devido à invisibilidade que nós, pessoas negras, sempre sofremos, por não falar no histórico de perseguição e racismo que enfrentamos. Sou mulher e sou negra, nunca me senti inferior às outras pessoas, pois sempre busquei meus direitos.

Enfim, essa sou eu, estudante universitária, quilombola, que sempre estudou em escola pública e, mesmo diante das dificuldades e obstáculos, nunca desistiu de ir atrás dos seus objetivos, sendo a graduação o primeiro de muitos.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente projeto de pesquisa, intitulado “*Certificação Quilombola: o Monte Recôncavo e sua luta pelo reconhecimento*”, pretende investigar o processo e percurso realizado pelos moradores da comunidade do Monte Recôncavo na busca pela certificação de auto reconhecimento como comunidade quilombola.

Os quilombos eram formados por vários e diferentes indivíduos e grupos que resistiram à escravidão e à opressão e também à violência durante e depois do regime escravista. Mas foi somente um século após o fim da escravidão que esses povos passaram a ser reconhecidos como um grupo étnico, particularmente, a partir da Constituição de 1988, sendo incluídos na legislação do país (Anjos, 2006).

O reconhecimento dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos é uma conquista das comunidades afrodescendentes do Brasil, resultado da luta contra os processos escravagistas no período do Brasil colônia e da luta pelo seu reconhecimento no Brasil contemporâneo.

Nesse processo de reorganização e reconhecimento, conta-se com o Decreto nº 4.887 de 2008, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2008), o qual reconhece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras” (Brasil, 1988) a propriedade definitiva delas, atribuindo ao Estado o dever de emitir os títulos respectivos.

Nesse contexto, segundo Furtado, Sucupira e Alves (2014), podem ser observadas diversas práticas de resistências. Os quilombos ainda existentes no Brasil caracterizam-se como investidas de não absorção da identidade hegemônica. Assim como no período colonial, a identidade quilombola, ainda hoje, é construída como uma identidade de resistência: a resistência, “no passado era contra a captura e opressão sofrida com a escravização”; hoje ela é “contra a invisibilidade dos povos quilombolas.” (Furtado; Sucupira; Alves, 2014, p. 112).

Segundo alguns moradores mais velhos do Monte Recôncavo, na época dos engenhos de cana-de-açúcar, o local era de difícil acesso e havia diversos caminhos que levavam a outros povoados; por conta disso, os escravos refugiavam-se nesta região. A localidade possui uma identidade com uma intensa influência dos povos africanos, pois eles foram imprescindíveis na construção da mesma.

Em 2005, a Companhia Cultural de Teatro Mont'Arte, formada por alguns jovens moradores da comunidade, realizou uma pesquisa com os moradores mais velhos da localidade. Essa pesquisa visava à obtenção da certidão de auto reconhecimento do Monte Recôncavo como comunidade remanescente de quilombo, a qual foi obtida, finalmente, em 27 de Fevereiro de 2007, através da Fundação Cultural Palmares, pertencente ao Ministério da Cultura do Governo Federal. Após a conquista da certidão, o diretor da companhia cultural, Rubens dos Santos Celestino, produziu um texto intitulado *Saberes, Cantos e Encantos do Quilombo do Monte Recôncavo* (Celestino, 2018), onde demonstra a satisfação de dever cumprido, além de abordar e deixar claro que a luta ainda continua:

O Monte Recôncavo é apenas um foco de resistência da população de São Francisco do Conde, haja vista que aqui houve escravidão, assim como houve luta e resistência a esse tipo de opressão. Em síntese, por essas bandas houve outros quilombos, os quais precisam ser auto reconhecidos por seus moradores e certificados, pois essa história não foi construída apenas por “barões”. (Celestino, 2018, p. 4)

A escolha do tema para esta pesquisa surgiu após o meu ingresso na UNILAB através do edital específico para quilombolas e indígenas; foi então que nasceu o meu interesse em pesquisar a questão do auto reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas, especificamente da comunidade do Monte Recôncavo, da qual sou moradora. Ingressar nesta universidade me fez pensar na importância dela ser gratuita; ademais, benefícios estudantis me foram concedidos pelo fato de ser moradora de uma comunidade remanescente de quilombo, tais como o Programa Bolsa Permanência, que beneficia universitários indígenas e quilombolas. Portanto, não se trata somente de uma certificação, pois, quando uma comunidade se declara remanescente de quilombo e a mesma é certificada pela Fundação Palmares, que é o órgão responsável pela emissão dessas certificações, benefícios e políticas públicas são destinados a essas comunidades.

A pesquisa tem relevância social e acadêmica, uma vez que pretende discutir como foi levado adiante, no Monte Recôncavo, um processo de certificação que é um direito assegurado por lei e uma comprovação de que, naquele local, existem traços e evidências de que há uma história de resistência e de que, mesmo com o passar dos anos, ainda se preservam culturas, saberes e costumes que perduram até os dias atuais. Através desta pesquisa que este projeto propõe, não será analisado somente o processo de certificação, mas também buscarei contar a história e a importância dos moradores do local para a valorização de seus antepassados e a afirmação do seu auto reconhecer-se quilombolas. O processo de busca e conquista da certificação da comunidade do Monte Recôncavo é de grande

importância não somente para as comunidades que já são certificadas mas, principalmente, para as comunidades que ainda estão na condição de invisibilidade e hão de lutar um dia pelo seu auto reconhecimento e pela sua certificação.

1.3 COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO MONTE RECÔNCAVO

A comunidade remanescente de quilombo do Monte Recôncavo é um distrito pertencente ao município de São Francisco do Conde e está localizada a 6 km de distância do centro do mesmo, ao qual os munícipes se referem como a “sede”. A comunidade faz parte do Recôncavo Baiano em termos e aspectos históricos e culturais, embora administrativamente faça parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Segundo Costa (2007), a povoação foi estabelecida no ponto mais alto da região, o Monte Tamarari, onde foi erigida a Igreja de Nossa Senhora do Monte já no século XVI. Uma das principais características da comunidade montense sempre foi sua religiosidade, salientada através das manifestações culturais como as festas em homenagem aos santos padroeiros. A principal festa religiosa da comunidade é o festejo em homenagem à Nossa Senhora do Monte, que inicia no mês de janeiro e culmina nos festejos do dia 2 de Fevereiro, dia da padroeira.

Com base nos dados do posto de saúde local, a Unidade de Saúde Familiar Maria Florence Nery, a comunidade possui 639 famílias e um total de 1.882 habitantes, dados correspondentes ao ano de 2019. Deve-se considerar que há a possibilidade de haver algumas famílias cujos dados ainda não constam no cadastro da unidade.

A comunidade possui rica gastronomia. A atividade pesqueira e a habilidade das mulheres marisqueiras são legados deixados pelos tupinambás e caetés; ela é constantemente recriada e atualizada por uma população negra que mantém a tradição quilombola através da sua prática.

Em 2005, ao tomar consciência dos traços identitários da comunidade, o morador local Rubens Celestino, juntamente com a Companhia Cultural de Teatro Mont’arte, iniciou uma pesquisa acerca dos costumes e estilo de vida dos habitantes, a fim de obter a certificação de auto reconhecimento do Monte Recôncavo enquanto comunidade remanescente de quilombo, a qual, como já foi informada na seção anterior, foi obtida em fevereiro de 2007, sendo emitida pela Fundação Cultural Palmares.

O morador Rubens Celestino descreve a herança indenitária do local da seguinte forma:

Devido à sua localização geográfica e sua proximidade com importantes engenhos de cana-de-açúcar que existiam em São Francisco do Conde, o Monte Recôncavo herdou fortes traços culturais dos “trabalhadores” desses engenhos antes do advento do petróleo. Traços que contribuíram para a criação de pequenas lavouras do cultivo de mandioca e grãos para o sustento das famílias, além das formas tradicionais da caça e da pesca, o que era tão comum na região. (Celestino, 2018, p.1)

Sem dúvida, Rubens Celestino tornou-se a mais destacada liderança da comunidade durante o processo da certificação, pois, para obter sucesso em suas pesquisas e obter a certificação, foi preciso a criação de uma associação quilombola, pois é norma da Fundação Cultural Palmares que a comunidade possua uma associação. Hoje a comunidade possui duas: a Associação de Moradores Quilombola do Monte Recôncavo, criada durante o processo de certificação, e a Associação Quilombola Tamarari, criada também por moradores locais.

A comunidade possui uma Unidade Básica de Saúde Familiar, onde ocorrem atendimentos de saúde básica, tais como vacinações, consultas médicas, acompanhamento pré-natal, curativos, etc. Para casos de emergência e urgência médica, recorre-se ao Hospital Docente Célia Almeida Lima, que fica localizado no centro do município.

Há na comunidade três módulos escolares: A Escola José de Aragão Bulcão, onde se desenvolve a educação infantil; a Escola Duque de Caxias e o Centro Educacional Claudionor Batista, onde são desenvolvidas, respectivamente, as aulas das séries iniciais e finais do ensino fundamental. Já o ensino médio é cursado em outros distritos do município.

A religião predominante na localidade tradicionalmente era a católica, porém há hoje também um número relevante de denominações evangélicas no local; na comunidade encontramos também adeptos de religiões de matrizes africanas, no geral, do candomblé.

Apesar de a refinaria Landulfo Alves estar localizada no município, a mesma não é a principal fonte de emprego do mesmo, muito menos após ser privatizada. Na comunidade, infelizmente, para conseguir um emprego, geralmente, é necessário contrato pela Prefeitura após processos seletivos destinados às áreas da saúde, educação, esportes e cultura. Porém, aqueles que não conseguem oportunidade de emprego por essas vias buscam emprego em outros estados, principalmente os homens chefes de família. Outros ainda praticam o hábito da pesca e da mariscada, buscando na natureza o seu sustento, tanto para a prática comercial como para consumo próprio.

Há também aqueles moradores que estão sempre trabalhando de forma autônoma, vendendo algo, fazendo uma faxina, etc. Para aqueles que conseguem um contrato na Prefeitura, a faixa salarial é de mais ou menos um salário mínimo, o que é diferente no caso de professores, diretores escolares ou enfermeiros.

A maioria dos assalariados beneficiam outras cidades com seus proventos mensais, pois a comunidade não possui um grande comércio; portanto, é necessário se deslocar a outras cidades para compra de mantimentos, roupas, calçados e até pagar contas, devido à falta de agência bancária no local. A comunidade dispõe apenas de farmácia básica, anexada ao posto de saúde.

A comunidade remanescente de quilombo do Monte Recôncavo ainda enfrenta diversas dificuldades e desafios. O transporte e o desemprego estão na linha de frente das dificuldades presentes no distrito. Atualmente, a comunidade conta com a vereadora Sônia Batista como liderança política. A mesma é moradora da localidade e possui vários mandatos em sua carreira.

Por fim, ainda é possível encontrar ruas de chão, sem calçamento e sem rede de esgoto; porém, outras se encontram com obras em andamento. A comunidade, no geral, é bastante acolhedora e, quando é preciso, sempre age pensando no coletivo, principalmente quando é algo que beneficia a todos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cabi e Timbane (2021) trazem na resenha do livro intitulado “*A gente já nasceu quilombola e não sabia*”: *Histórias do Monte Recôncavo* (Santos; Guerola, 2021), a importância desse livro para registro da oralidade em prol do fortalecimento das tradições através das histórias, contos e causos peculiares da comunidade, assim também como a ligação entre passado e presente.

Tanto a resenha quanto o livro são bastante relevantes, principalmente para os moradores mais jovens, pois através dos mesmos podem conhecer “a memória histórica dos membros da sua comunidade” (Cabi; Timbane, 2021. p. 407).

Por sua vez, Celestino (2020) relata uma experiência por ele vivida numa escola municipal localizada no Monte Recôncavo, na turma da educação de jovens e adultos. Essa experiência visava a construção de uma atividade de cunho artístico-pedagógico e fazia parte de um projeto da Secretaria Municipal de Educação chamado “Voarte”, que ocorreu entre os anos de 2017 e 2018. A atividade era a montagem de uma peça teatral com os educandos da turma.

O autor relata a resistência da turma em participar da atividade, uns por questões religiosas e outros por receio mesmo. A partir disso pensou-se numa proposta em que todos se sentissem à vontade em participar, surgindo a proposta de rememorar os causos que eles conheciam juntamente com uma pesquisa de campo na comunidade fortalecendo a tradição oral (Celestino, 2020). Assim, a proposta da atividade possuiu grande relevância, pois a montagem teatral foi totalmente baseada na oralidade, ampliando assim o conhecimento prévio dos educandos, que foi crucial para a concretização da atividade.

Gomes (2022) traz em seu trabalho de conclusão de curso, na modalidade de projeto de pesquisa, um estudo sobre acessibilidade das crianças com deficiências físicas nas escolas da comunidade quilombola do Monte Recôncavo, distrito de São Francisco do Conde-Ba. Tem como objetivo analisar as estruturas das escolas do Monte Recôncavo, de modo a compreender as necessidades de acessibilidade das crianças com deficiências físicas, principalmente locomotoras. Gomes (2022) é bem objetiva quanto à importância da acessibilidade, inclusive na arquitetura escolar, pois, além de ser um direito assistido e assegurado por lei, contribui para que a criança não se sinta excluída nem limitada de usufruir do espaço escolar e participar das atividades educacionais ao ar livre, por exemplo. Portanto, é uma abordagem muito relevante para a gestão escolar e para dirigentes políticos do município, pois, segundo Gomes (2022), a estrutura arquitetônica de uma escola não deve ser pensada apenas para estudantes que não possuem deficiências, já que uma deficiência pode ser também adquirida ao longo da vida por diversos fatores, não somente por já nascer com a mesma.

Alves (2022), em seu projeto de pesquisa, tem como objetivo analisar a aplicação da Lei 10.639/03 na escola Centro Educacional Claudionor Batista, localizada no Monte Recôncavo, e também pretende investigar como ocorre a educação escolar quilombola na instituição. Para isso, o autor traz sua experiência durante o período em que estudou nessa unidade escolar, o qual teve início no ano de 2003, mesmo ano de sanção da Lei. De acordo com Alves (2022), durante sua trajetória na escola o currículo escolar não sofreu alteração no que diz respeito às exigências da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileiras. Fica claro que, mesmo após 19 anos da Lei ter sido sancionada, o ensino, os currículos escolares, os materiais didáticos e até mesmo os educadores ainda possuem em suas formações a História contada do ponto de vista europeu (Alves, 2022), sendo que a Lei existe para que os educandos venham a compreender e conhecer a História e

a Cultura Afro-Brasileira como de fato é, contada do ponto de vista de uma educação afro-centrada.

Ferreira (2022) relata a importância do uso de tecnologias digitais na educação escolar quilombola, com foco nas escolas da comunidade do Monte Recôncavo, tomando como objeto a pandemia de COVID-19, onde várias instituições educacionais tiveram que ser fechadas por causa da emergência sanitária. A autora discorre sobre os impactos causados pelo vírus COVID-19, tanto na economia, no sistema de saúde e na educação, fazendo com que, segundo Ferreira (2022), as instituições escolares adotassem algumas medidas para que os educandos não fossem prejudicados, recorrendo assim ao uso da tecnologia, uma vez que as aulas passaram a ser ministradas de forma remota, ou seja, *online* (à distância). A Escola Duque de Caxias, como várias outras escolas, também adotou essa modalidade de ensino. Assim, o projeto teve como objetivos analisar o uso das tecnologias no ensino remoto das escolas quilombolas do Monte Recôncavo e também como essas escolas atuaram durante o período da pandemia.

Bernardo (2018) busca analisar a prática da leitura nas escolas de educação infantil, com foco nas escolas da comunidade quilombola Monte Recôncavo. De acordo com Bernardo (2018), há uma grande importância da literatura infantil negra, onde as crianças possam se reconhecer e se identificar nos contos e histórias ilustradas nos livros, além de contribuir para a construção da identidade negra, algo que ocorre já na infância, trazendo também um diálogo com alguns autores africanos acerca da temática, dando embasamento e fundamento à pesquisa.

Santos (2022) trata da importância da literatura negra na educação infantil e sua contribuição para a formação da identidade da criança, atrelado ao fato de que é nessa fase escolar que a criança passa pela experiência de socializar fora do convívio familiar (Santos, 2022), ou seja, no espaço escolar, tendo contato com outras crianças de diferentes características físicas, como a cor e o tipo de cabelo. Segundo Santos (2022), é necessária a inserção nas escolas de ensino infantil de material didático, como livros de contos e historinhas, com personagens negros com o objetivo de que as crianças se sintam representadas e se reconheçam naquelas histórias, pois, nas histórias mais conhecidas, os personagens negros são sempre limitados à cozinha, ao serviço doméstico ou sempre servindo aos personagens brancos, e crianças brancas são sempre as princesas e os príncipes de cabelo liso e loiro e olhos azuis. E a criança negra, ao ter acesso somente a esse tipo de material, logo entenderá que ela, ao crescer, terá o mesmo “papel” que os personagens negros, afetando a

sua autoestima. Portanto, faz-se necessário uma descolonização da literatura infantil nas escolas para que haja representatividade nos materiais didáticos que contribua para a construção da identidade negra da criança.

Celestino (2018) fala sobre os saberes quilombolas dos moradores da comunidade do Monte Recôncavo, trazendo informações sobre a cultura do local, suas tradições, assim como a forte influência que a era escravagista exerceu na localidade. Podemos encontrar algumas manifestações culturais que se perderam com o passar do tempo, como esmola cantada, reisado e bumba-meu-boi, mas que ainda assim permanecem vivas na memória dos moradores através da oralidade; foi graças a essa memória que a comunidade do Monte Recôncavo foi reconhecida como remanescente de quilombo no ano de 2007 pela Fundação Cultural Palmares. Foi através da tradição oral que Rubens Celestino, juntamente com a Cia. Cultural de Teatro Mont'art, pôde pesquisar e coletar informações dos mais velhos acerca do modo de vida da comunidade antes da chegada da urbanização, que só foi possível com a instalação da Refinaria Landulfo Alves. A partir dessa pesquisa pode-se constatar que no local houve escravidão e que ainda hoje há resquício de que por lá também houve resistência (Celestino, 2018).

Ribeiro (2018) relata sobre a prática cultural da esmola cantada na comunidade quilombola do Monte Recôncavo. A autora pretende externar a história da prática da esmola cantada de modo a estimular e comover a população a manter e valorizar suas práticas culturais. A autora traz um levantamento histórico acerca da comunidade e da manifestação cultural em questão, que é um dos símbolos da fé católica da comunidade, uma vez que a esmola acontece com o objetivo de angariar fundos que seriam usados para custear os festejos de Nossa Senhora do Monte, padroeira da comunidade, assim também como ajudar famílias mais pobres da localidade (Ribeiro, 2018). As esmolas cantadas como podem ver no texto, segundo alguns moradores mais velhos, é uma prática centenária; porém, há alguns anos deixou de ser realizado, o que motivou o objetivo da pesquisa, que é fazer com que os moradores valorizem a sua cultura e mantenham vivas suas tradições.

Em relação a outras comunidades quilombolas, Freitas e Santos (2021) fazem uma análise sócio jurídica do reconhecimento da comunidade de Vargem Comprida, localizada na Bahia, como terra remanescente de quilombo, utilizando o direito como instrumento de preservação cultural. Trazem em seu texto a importância da Antropologia no processo de reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombo, uma vez que a mesma tem como objeto de estudo o ser humano, bem como seus costumes, hábitos, processos históricos

e aspectos culturais. Relatam também as questões jurídicas, as quais estão baseadas na regra prevista no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que trata dos direitos fundamentais, sendo garantidos às comunidades quilombolas os territórios tradicionais para o reconhecimento das tradições que os quilombos possuem como aspectos próprios (Camerini, 2012 *apud* Freitas; Santos, 2021). Desse modo, segundo Freitas e Santos (2021), o saber antropológico deve estar em conformidade com o saber jurídico. A comunidade em questão se auto definiu quilombola devido à sua história cultural e como a mesma foi formada, seguindo todos os critérios exigidos pela Fundação Palmares, dando início à luta pelo reconhecimento de seus direitos que são garantidos pela Constituição Federal de 1988. A comunidade quilombola de Vargem Comprida não visava apenas recursos e benefícios, mas também o reconhecimento da luta, objetivando a busca por direitos e a preservação histórica de seus costumes. Fica bem nítido que a comunidade, assim como muitas outras comunidades quilombolas, ainda luta por seus direitos à terra e preservação cultural, pois “a propriedade não se perfaz apenas com a titulação, mas também com conteúdo histórico, social e político das lutas e resistências dessa categoria social ao longo de anos de opressão” (Freitas; Santos, 2021, p. 24). Cabe ao Estado garantir e assegurar esses direitos, bem como construir políticas públicas que favoreçam a preservação da cultura e identidade das comunidades remanescente de quilombo.

Lima e Macedo (2020) apresentam todos os tramites para a certificação de uma comunidade como remanescente de quilombo. Os autores relatam a história da comunidade de Queimadas, em Guanambi-BA, desde a sua formação até a conquista da certificação. Fatos muitos relevantes foram citados, como a importância das memórias e a contribuição dos mais velhos para o processo de certificação da comunidade. Segundo Lima e Macedo (2020), é através destes que se conhece a história de um lugar, como o mesmo foi formado, contribuindo assim com a construção da identidade e do pertencimento. Os moradores locais destacaram a forte participação/atuação da assistente social na busca pela certificação e reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo. Lima e Macedo (2020) notam que ainda hoje há uma certa dificuldade das pessoas se auto definirem quilombolas, não somente em Queimadas, e atribuem essa resistência ao racismo e ao preconceito enraizados na sociedade, a qual ainda associa a imagem dos negros àquela época da escravidão, ignorando completamente a sua contribuição para a história e formação do povo brasileiro. Ainda há muitas lutas travadas por essas comunidades remanescentes de quilombos com a sociedade moderna, lutas por seu direito à terra, por políticas públicas favoráveis,

investimento na educação, etc.; melhorias essas que contribuem para a retirada dessas comunidades da situação de invisibilidade. Enfim, muitas comunidades quilombolas lutam pelo reconhecimento e valorização de suas memórias, resistências, contribuições e, principalmente, pelo seu direito a terra. Mas, devido a conflitos, muitas acabam ficando apenas com a certificação, o que já é uma grande conquista, pois é a comprovação de que naquele local houve luta, houve resistência e há histórias e memórias de um povo que ansiava por liberdade.

Oliveira, Torales e Oliveira (2015) trazem os aspectos legais do reconhecimento e certificação da terra quilombola, descrevendo todos os passos necessários para alcançar essa certificação e titulação. A comunidade em questão, Patioba (Sergipe), encontra-se certificada; porém, ainda não possui o direito legal à terra. É necessário que essa titularidade da terra seja efetuada para que, assim, os moradores venham ter o direito de utilizar e usufruir de suas terras. A pesquisa aponta muitas dificuldades enfrentadas pela comunidade, como falta de emprego, saneamento básico, acesso à saúde básica, transporte coletivo etc. De acordo com Oliveira, Torales e Oliveira (2015), a posse da terra é muito importante para uma comunidade quilombola, pois assim muitas famílias que não possuem renda podem tirar da terra seu sustento, além de facilitar também a chegada de benefícios para esse grupo social. Mas, por vezes, esses benefícios, que são de direito dessas comunidades, demoram a chegar ou, às vezes, nem chegam. Porém, ainda assim os quilombolas seguem lutando e resistindo às desigualdades sociais, aos preconceitos e ao racismo, com objetivo de saírem da zona de inferioridade e conquistarem o que é deles de direito.

Em Nascimento e Alfonso (2021), podemos acompanhar a importância e contribuição da Arqueologia para o processo de reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas, tendo como exemplo a comunidade remanescente de quilombo Santiago do Iguape, localizada no município de Cachoeira (BA), concluindo na necessidade de uma arqueologia quilombola, ou seja, uma arqueologia que seja voltada para os quilombos. Pensar numa arqueologia voltada para o estudo das comunidades quilombolas é pensar um trabalho participativo, que considere o passado, e que esse passado consista na base em cima da qual foram construídos todos os elementos que permeiam a vida daquelas pessoas na atualidade (Alfonso, 2012 *apud* Nascimento; Alfonso, 2021).

Questões raciais, desigualdades e as lutas que vêm sendo travadas pela população negra em busca do reconhecimento histórico e igualdade social e racial são abordadas de forma crítica em Gonçalves, Santos e Barbalho (2020), segundo os quais, apesar de ainda hoje

existir no país imensa desigualdade social e as populações negra e indígena continuarem sendo discriminadas econômica e racialmente, as mesmas seguem lutando por seus direitos e por todas as injustiças cometidas. A história e formação da comunidade quilombola de Sítio de Queimadas, localizada em Alagoas, e como se deu seu processo de certificação como remanescente de quilombo são parte dessa luta por esses direitos, assim como por uma reparação histórica. A prática da educação quilombola, da qual se destaca a importância do professor na contribuição para a formação identitária das crianças através do ensino afro centrado, é algo bastante relevante para a comunidade. Críticas ao racismo no Brasil, ao descaso e a falta de atenção às práticas racistas, são questões também discutidas pelos autores.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Analisar o processo da busca pela certificação do auto reconhecimento da comunidade quilombola do Monte Recôncavo.

3.2 ESPECÍFICOS

- Verificar as etapas para a obtenção da certificação;
- Investigar qual o ponto de partida em busca da certificação de auto reconhecimento da comunidade do Monte Recôncavo;
- Identificar na comunidade mudanças ocorridas após a certificação.

4 METODOLOGIA

O trabalho será desenvolvido com base em entrevistas. A entrevista inicial, apresentada neste projeto, recai sobre o presidente da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola do Monte Recôncavo, o qual se mostrou totalmente disposto a colaborar com a pesquisa cedendo a entrevista em sua própria residência, localizada na comunidade. Ao ser contatado, no dia 4 de setembro 2023, o entrevistado aceitou de imediato.

A entrevista aconteceu posteriormente, no dia 10 de setembro, sendo utilizado um aparelho *smartfone* para a coleta do áudio, que teve a duração de 16 minutos e 14 segundos. Ao final da gravação, foi solicitada a autorização para que os dados fossem utilizados na pesquisa, e o entrevistado prontamente autorizou no próprio áudio e, mais tarde, no dia 8 de outubro, assinou um termo de consentimento informado.

Logo após, o conteúdo do áudio foi transcrito, escutando o áudio e transcrevendo no papel as falas exatamente como estavam no áudio; o texto posteriormente foi digitado no computador. O texto da entrevista foi revisado e corrigido de forma a manter as falas originais do entrevistado.

No dia 9 de outubro, foi solicitada ao entrevistado a certidão de auto declaração da comunidade do Monte Recôncavo como remanescente de quilombo, documento esse que comprova o reconhecimento da comunidade como quilombola. Essa certidão acabou sendo solicitada ao vice-presidente da associação por instrução do presidente, e o mesmo cedeu imediatamente a cópia do documento para verificação. Ela consta neste projeto como anexo I.

4.1 BREVE BIOGRAFIA

Rubens dos Santos Celestino nasceu em 12 de outubro de 1979 no Monte Recôncavo, onde é conhecido apenas como Rubens. Filho de Gregório Celestino e Zilda dos Santos Celestino é pedagogo e exerce a profissão de professor na Escola Duque de Caxias. Reside na comunidade desde quando nasceu, há 44 anos, e é adepto do Candomblé.

Desde 2005, realiza projetos nas áreas da Educação, da Arte e da Cultura, como, por exemplo, o Festival Cultural Montense (10 edições) e o Projeto Fazer com Arte (2008-2012), dentre outros. Também mobilizou a criação da Companhia Cultural Mont'Arte e da Associação de Moradores/as Quilombolas do Monte Recôncavo.

Segue a transcrição da entrevista realizada com ele.

4.2 ENTREVISTA COM RUBENS CELESTINO

MS: Primeiramente eu queria saber como foi que surgiu a ideia de fazer essa pesquisa para poder obter a certificação?

RC: Senta aí e não repare a bagunça que se não eu não consigo produzir nada; pode falar.

MS: Como foi que surgiu, assim, é... como é que surgiu a ideia de fazer a pesquisa, de querer que a comunidade fosse reconhecida como remanescente de quilombo?

RC: É.. esse meu interesse surgiu em 2005, é.. que a gente vinha fazendo um trabalho no grupo de teatro a Cia Cultural Mont' Art e toda a nossa produção sempre valorizou o que cada um queria falar no teatro, né? O... o... os nossos desejos, os nossos sonhos; então a gente trabalhou... trabalhava muito com improvisação. E nesse período a gente montou *O Lamento negro*, que foi um espetáculo nosso. A gente montou esse espetáculo; então aí, a partir daí, né, de... de conhecer de forma mais a fundo todo o... toda atrocidade da... da escravidão; então aí, lá em 2005, eu tomei conhecimento da atuação da Fundação Cultural Palmares, dessa possibilidade de... da certificação de auto reconhecimento, né? de auto declaração de algumas pesso.. de algumas comunidades, é... aí isso me provocou muito a... a conhecer e estudar sobre essa questão, sobre essa possibilidade, e também tem aquela questão do... de que a história da nossa cidade não conta a trajetória do povo negro aqui enquanto um povo forte, um povo de luta, um povo combatente; a gente só ouve falar da do engenho da cana de açúcar.

MS: É verdade!

RC: A gente não ouve falar da... da força da população negra em São Francisco do Conde; então aí essa... essa inquietação, que foi pessoal inicialmente, eu levei pro grupo de teatro, pra discussão do grupo de teatro, pra apreciação do grupo de teatro, e o grupo de teatro então abraçou, acatou a ideia; a gente construiu o que eu chamo de um relatório antropológico do Monte; a gente conversou com alguns moradores mais antigos da comunidade. Eu lembro que a gente conversou com o finado Roxinho, conversamos com dona Augusta, que foram pessoas que foram dando um panorama de como era a vida aqui no Monte; e diante disso a gente encaminhou esse documento para a Fundação Cultural Palmares. Na época não tinha computador, foi datilografado, e encaminhamos. Então o meu interesse pessoal surgiu em 2005: dialoguei com o grupo de teatro, encaminhamos essa documentação para a Fundação Cultural Palmares; eles emitiram o documento de certificação de autodeclaração em 2007.

MS: Hum rum! Outra coisa: como foi, assim, as pessoas que foram entrevistadas? Qual foi o comportamento? Elas sabiam que estavam contribuindo para isso? No caso, os entrevistados eles tinham...?

RC: Bem, a gente explicou, a gente explicou na época.

MS: E qual foi o comportamento deles assim...?

RC: Assim, a gente precisava explicar, né? O qual era nosso interesse; obviamente a gente não tinha a propriedade que temos hoje para falar desse assunto, mas o que passamos na

época era que era pra fazer um documento, pra gente reconhecer o Monte como quilombola, como uma comunidade quilombola, e a reação, isso me surpreendeu muito que, embora eles não tivessem escolaridade, eles abraçavam de forma muito afetiva, de forma muito honesta, sabe? Permitiram contar suas histórias; eu, eu não senti nenhum tipo de resistência em dar essa contribuição.

MS: Certo! É... Deixa eu ver outra pergunta que eu anotei aqui: é que... desde 2007, que foi o ano que obteve a certificação, se houve alguma mudança? Você reparou alguma mudança? O que melhorou na comunidade, na sua visão?

RC: Eu sou um pouco inquieto, né? Quando se discute o que mudou, assim, claro que há uma mudança: é de sensibilidade, há uma mudança de consciência, nada muito imediatista, tipo do dia pra noite não, não é algo desse tipo; mas assim, o que avançou pra mim, o que é mais importante, o avanço no Monte Recôncavo são as escolas hoje discutirem essa questão quilombola, porque a gente tá formando as novas gerações do Monte Recôncavo; é claro que eu noto que ainda há uma resistência, não é unânime, nem toda a comunidade concorda em ser quilombola, até mesmo porque, por conta do racismo, que a gente sempre ouviu falar que tudo o que vem do negro, vem do povo... dos povos, né? africanos e também é... a gente que é brasileiro, né? afro-brasileiro, a gente aprendeu a ouvir que ser preto não presta...

MS: É verdade!

RC: ... ser preto não é bom, que a gente tá fadado ao fracasso, à marginalidade; então há uma resistência, e eu noto que há uma falta de esclarecimento: fora que é uma crítica pessoal minha, a população ela tá acostumada a não andar com seus próprios pés; por muito tempo, eu moro aqui desde criança, então eu percebo que a comunidade está muito à mercê da gestão da prefeitura, aquela história do benefício; então as pessoas não têm uma prática de lutar, de militância, de mobilização social; então ainda há uma resistência, mas quando se trata de benefício todo mundo se assume quilombola.

MS: Todo mundo é quilombola

RC: Nessa hora sim, porque tá apegado a essa questão do benefício, mas a maior mudança, e o que é mais significativo pra mim, que tava lá na mobilização inicial, é saber que hoje é um valor, né? É discutido na escola hoje, tanto o Claudionor, a escolinha, o Duque de Caxias, PPP tá sendo todo construído a partir da realidade quilombola, dos anseios quilombolas.

MS: Coisa que a gente nem escutava antes, né?

RC: Exatamente. Então é bem provável que sobrinhos nossos, crianças, vão escutar sobre essa questão quilombola.

MS: Certo, deixa eu ver a outra pergunta aqui: no caso, você acha... na sua opinião, qual a importância que uma comunidade tem se autodeclarar remanescente de quilombo? Essa autodeclaração, ela pode estar tirando essa comunidade da situação de invisibilidade perante o estado? Ajuda nessa questão?

RC: Ó, eu acho que o que responde isso agora pra você é o censo. O censo mais recente, né? A gente é... em diálogo com outras comunidades quilombolas, eu noto a alegria das comunidades em saber que hoje são dados, né? Então a gente pensa em políticas públicas, mas pra gerar políticas públicas a gente precisa de dados, e hoje o censo é um dado que existem comunidades quilombolas espalhadas Brasil afora, e de maneira significativa então tem essa auto declaração. Primeira coisa que eu penso é que a autodeclaração é um ato de afirmação, de pertencimento, é de... é empoderamento, de combate ao racismo; a gente não pode esquecer que, quando alguém diz assim “Eu sou negro quilombola”, a gente está dizendo que não aceita mais o que o racismo criou e onde o racismo nos colocou, sabe? E é essa a importância de não estar mais invisível, né? de não estar mais apagado e é... São Francisco do Conde, que tem toda uma história cunhada nas histórias dos barões, vai ter que engolir a seco que aqui tem comunidade quilombola, que a sua história precisa ser revista.

MS: Ótimo. E no seu texto que eu li, esse texto seu *Saberes, cantos e encantos do Quilombo do Monte*, você fala muito sobre a memória e a oralidade que, no caso, foram elementos cruciais para obter essa certificação: Você acha que nos dias atuais seria possível manter essa tradição da oralidade no mundo do jeito que está hoje em dia, que é mais digital, essas coisas? Você acha que seria possível dar continuidade à tradição?

RC: Olhe, eu dizer que “não, sou pessimista” seria pessimista; eu dizer que não, aí eu não sonharia, né? Então como eu gosto muito de sonhar, eu acredito que sim, que é possível sim o trabalho que as escolas vêm fazendo, estão nessa direção, sabe? de valorizar as memórias, de valorizar as narrativas orais, de possibilitar que os moradores mais antigos participem da vida escolar; eu tenho notado isso diariamente; que, embora a gente é... é... esteja nesse avanço tecnológico, né? que as redes sociais isolam as pessoas é... distanciam, a gente acha que aproxima mais distancia, a gente hoje não tem mais o hábito de sentar em família para ouvir histórias, é... Quando eu era criança, faltava energia, era momento de contar história, né? ...

MS: Exatamente!

RC: [...] dos mais velhos contar histórias; então eu acredito sim que a memória e as narrativas orais ainda têm um espaço muito importante no mundo, ainda têm.

MS: Certo! Só pra encerrar: você poderia detalhar, detalhar não, falar assim rapidamente, quais foram os passos que vocês seguiram para obter a certificação?

RC: Eu até já respondi: O primeiro passo foi a gente discutindo o grupo de teatro qual era nosso interesse, é... qual a importância desse documento e de que forma isso seria importante para a nossa comunidade. E quando eu lembro que a gente falava muito de autonomia, porque sempre me inquietou essa dependência nossa da prefeitura; eu acho que a comunidade tem como crescer é... nesse campo da militância é... participando de seleções públicas, atraindo investimentos através de editais, desenvolvendo projetos. Eu acredito muito nisso, que a escola, que a comunidade é capaz de fazer isso; então nós, o passo a passo, né? Vou tentar ser didático: a gente conversou no grupo, né? pra tirar qualquer dúvida; daí a gente começou a dialogar com os moradores mais antigos da comunidade. A partir desse diálogo a gente sistematizou a... a memória, né? tudo o que foi apresentado, tudo o que foi contado, é... relatado, A gente sistematizou em um documento, encaminhamos para a fundação cultural Palmares, é... Foi aceita, né? essa carta, né? essa carta, a memória foi aceita. A gente aguardou a publicação; a gente não tinha nem mais esperança de aceitação, né? porque demorou, demoraram dois anos; então a gente enviou o documento em 2005; a publicação no edital, no edital não, desculpa, no diário oficial, só veio em 2007. Então as etapas foi essa. Nós temos outras etapas porque o trabalho do INCRA, né? são várias etapas. Nós temos a certificação; depois da certificação, a gente tem a delimitação, demarcação, titulação dessas terras. Aí então tem várias etapas, mas, assim, para chegar a essa etapa que é a certificação, a gente seguiu essa etapa que eu acabei de relatar, mas existem outras etapas. O INCRA tá vindo à comunidade, tá promovendo algumas reuniões pra saber se a comunidade quer avançar com o processo, porque aí você fez uma pergunta sobre memória, tradição oral, narrativas orais é tão importante que o trabalho atual do INCRA tá sendo baseado nessas narrativas. Ainda a gente continua conversando com os moradores mais antigos para compreender como esse, é.. território do Monte, né? como é.. essa territorialidade do Monte. Um exemplo: muitos moradores têm dito o seguinte, “O que pescava no mangue 31?” Onde fica o 31?

MS: Eu sei...

RC: dentro da fazenda

MS: dentro da fazenda.

RC: Engenho d'água.

MS: Realmente!

RC: Existe um espaço que foi sendo reduzido. Os moradores mais antigos têm falado “Lavavam roupa na fonte”, e hoje essa fonte está dentro de uma propriedade privada. O que a gente percebeu, e só conseguiu porque existem pessoas ainda contando suas histórias, a tecnologia tá aí, mas a gente ainda tá recorrendo às narrativas orais, o que a gente percebeu é que o Monte vem sendo reduzido, o espaço que a minha mãe viveu, que meu pai viveu, que sua mãe viveu, que seu pai viveu, não é esse que a gente vive hoje.

MS: Exatamente!

RC: Hoje a gente tem cerca pra todo lado; inclusive na Caeira tem cerca.

MS: Até a Caeira...

RC: Até a Caeira, que é área de manguezal, tem cerca, mas antigamente não existia: o espaço Monte Recôncavo era bem maior. Então é... essa etapa atual que a gente vive da... o INCRA, o INCRA está construindo o relatório antropológico; eu não vou lembrar o nome do documento agora, é RTDI, eu acho que é isso, posso depois dar uma olhada, que eu estou escrevendo também sobre isso, é... A gente percebe que o Monte sofreu uma redução, mas que essas memórias garantem que a gente não perca essa história.

MS: Certo!

RC: É isso. Tem mais pergunta?

MS: Não. Só isso mesmo.

RC: Tá!

MS: Você autoriza que eu utilize suas falas na pesquisa?

RC: Sim, sim pode sim.

MS: Pronto!

RC: E se tiver mais alguma coisa você, a gente marca.

MS: Tá! Durante...

RC: Viu. Que eu tenho uma vida meio maluca.

MS: Durante o processo.

5 CRONOGRAMA

	Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4
Aprofundamento da fundamentação teórico-metodológica	X			
Desenvolvimento de entrevistas com outros/envolvidos e levantamento documental		X		
Análise e interpretação de dados			X	
Elaboração do texto final				X

REFERÊNCIAS

ALFONSO, L.P.; NASCIMENTO, J. S. Reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas: possibilidades e contribuições da arqueologia. **Perspectiva e Diálogos: Revista de História**, v.2, n.8, p.74-95, jul./dez. 2021. ISSN: 2595-6361.

ALVES, Hodair do Rosário. **Lei 10.639/03 e a educação escolar quilombola no Centro Educacional Claudionor Batista no Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, Bahia)**. 2022. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2651>. Acesso em: 19 de jun. de 2023.

ANJOS, R.S. (2006). **Quilombolas: Tradições e Culturas da Resistência**. São Paulo.

AORI Comunicações. Almanaque Brasil Socioeconômico. Artigo 68 da Constituição Federal-1988. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**.

BRASIL. [Constituição (1998)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Brasília, DF.

BERNARDO, Marília Bulcão. **A importância da leitura de contos africanos na formação da identidade negra em escolas de Educação Infantil: um estudo em escolas do Monte Recôncavo, S.F.C.** 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1578>. Acesso em: 19 de jun. de 2023.

CABI, Lucas Augusto; TIMBANE, Alexandre Antonio. Resenha do livro “A gente já nasceu quilombola e não sabia: Histórias do Monte Recôncavo”. **Njinga e Sapé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), v.1, n°2, p. 404-409, jul./dez. 2021.

CESLESTINO, Rubens dos Santos. **SABERES, CANTOS E ENCANTOS DO QUILOMBO DO MONTE RECÔNCAVO**. 2018. Inédito.

CELESTINO, Rubens Dos Santos. **CONTOS E ENCANTOS DO QUILOMBO MONTE RECÔNCAVO**. In: Arvorecer Negro: Lugar de negro é na educação, ciência e tecnologia - trajetórias negras na construção dos saberes. Anais...Teixeira de Freitas(BA) IF Baiano, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/iiiarvorecernegro/300279-CONTOS-E-ENCANTOS-DO-QUILOMBO-MONTE-RECONCAVO>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 1988. BRASIL. Decreto Presidencial n° 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, L. Sobre Arquitetura. Organizado por Alberto Xavier- 2ed. Porto Alegre: UniRitter, 2007.

FERREIRA, Grazieli Moreira. **O uso de tecnologias digitais na educação escolar quilombola e seus desafios durante a pandemia de Covid-19: a comunidade quilombola do Monte Recôncavo (BA)**. 2022. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: Acesso em: 19 jun. 2023. <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3048>.

FREITAS, K. N. dos S.; SANTOS, R. de S. A. O direito como instrumento de preservação cultural: uma análise sócio jurídica do reconhecimento da comunidade quilombola de Vargem Comprida (BA) como terra remanescente de quilombo. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 8, n. 01, p. e319, 2021. DOI: 10.29293/rdfg.v8i01.319. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/13953>. Acesso em: 29 mar. 2023.

FURTADO, M. B., SUCUPIRA, R. L. e ALVES, C. B. (2014). **Cultura, Identidade e Subjetividade quilombola: Uma leitura a partir da psicologia Cultural**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GOMES, Vania Alves. **Barreiras físicas e sociais: um estudo sobre acessibilidade das crianças com deficiências físicas na escola quilombola do Monte Recôncavo**. 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3074>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GONÇALVES, Regina dos Santos; SANTOS, Silvia Géssica da Conceição dos; BARBALHO, José Ivamilson Silva. Comunidades quilombolas: lutas e resistência. **Revista de Ciências Humanas CAETÉ**, 2020, v.2, n.4, p.36-54. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/revistadecienciashumanas/article/view/11590>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

LIMA, H. F. M.; MACÊDO, D. de J. S. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADAS: A LUTA PELO RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA/HISTÓRIA. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 520-542, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i39.6407. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6407>. Acesso em: 23 mar. 2023.

OLIVEIRA, L.E.; TORALES, A.P.B. e OLIVEIRA, C.C.C. 2015. **Movimento de resistência das comunidades remanescentes de quilombos: Estudo de caso na comunidade de Patioba, Japaratuba-SE- Brasil** in José Manuel Gómez y Méndez at al. (eds.), *Derechos humanos emergentes y periodismo*, 605-614. Sevilla: Equipo de Investigación de Análisis y Técnica de la Información, universidade de Sevilla.

RIBEIRO, Elaine dos Santos. **Esmola cantada no Monte Recôncavo – São Francisco do Conde/BA**. 2018. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/844>. Acesso em: 19 de jun. de 2023.

SANTOS, Daniela Araújo dos. **Importância do ensino da literatura negra na formação identitária das crianças da Educação Infantil**. 2022. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2539>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ANEXO

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO
DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MONTE RECÔNCAVO**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade do Monte Recôncavo**, localizada no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 908, fl. 22, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS**.

Declarante(s):

FELIX RAMOS - CPF: 092.054.625-00
CLAUDIMIRO RAMOS - CPF: 088.354.895-04
JANDIRA RAMOS ALVES - CPF: 137.298.885-87
GRIGORIO CELESTINO - CPF: 079.362.145-34
MARIA AUGUSTA MARTINS DOS SANTOS - CPF: 632.671.445-15

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass.).....*Miriam Caetana de Souza Ferreira*....., Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2007.

O referido é verdade e dou fé

Maria Bernadete Lopes da Silva
Maria Bernadete Lopes da Silva
Presidenta-Substituta

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)